

**ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS? REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL*****WHERE ARE WE AND WHERE ARE WE GOING? REFLECTIONS ON PUBLIC EARLY EARLY EDUCATION POLICIES IN BRAZIL***

BARBOSA, Renan Gonçalves

**RESUMO:** O presente artigo configura-se como um ensaio teórico baseado em uma revisão bibliográfica sobre as vertentes teóricas educacionais no Brasil e a forma como a educação de modo geral e a Educação Infantil brasileira organizou-se. O objetivo do trabalho é trazer de maneira sucinta algumas ideias que formaram o pensamento pedagógico brasileiro, os rumos e perspectivas da Educação Infantil, bem como sua organização atual. A educação no Brasil sempre foi regida por diversas correntes e perspectivas teóricas. A história da educação no país revela que várias correntes teóricas e filosóficas permearam o âmbito educacional, fazendo com que chegássemos ao modelo de educação que dispomos atualmente. Nesse sentido, pensar a respeito dessas perspectivas teóricas e dos autores e filósofos que difundiam os ideais fundamentais para o processo de constituição da organização educacional é de suma importância para compreendermos os caminhos que a educação brasileira percorreu e os rumos que ela deve tomar. A partir do levantamento teórico aqui exposto, tem-se como pretensão o desenvolvimento de um estudo científico que explore de maneira mais efetiva as questões levantadas, debruçando-se mais ainda na relação entre as bases teóricas educacionais e filosóficas e os cursos de formação de professores, especificamente aos cursos de pedagogia e as políticas de educação para a infância no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Políticas. Educação. Conhecimento.

**ABSTRACT:** This article is configured as a theoretical essay based on a bibliographical review on educational theoretical aspects in Brazil and the way in which education in general and Brazilian Early Childhood Education was organized. The objective of the work is to succinctly bring some ideas that formed Brazilian pedagogical thinking, the directions and perspectives of Early Childhood Education, as well as its current organization. Education in Brazil has always been governed by different theoretical currents and perspectives. The history of education in the country reveals that several theoretical and philosophical currents permeated the educational sphere, leading us to arrive at the model of education we currently have. In this sense, thinking about these theoretical perspectives and the authors and philosophers who disseminated the fundamental ideals for the process of establishing the educational organization is extremely important for us to understand the paths that Brazilian education has taken and the directions it should take. Based on the theoretical survey exposed here, the aim is to develop a scientific study that explores the issues raised more effectively, focusing even more on the relationship between educational and philosophical theoretical bases and teacher training courses, specifically to pedagogy courses and childhood education policies in Brazil.

**Keywords:** Child education. Policies. Education. Knowledge.

## **1. INTRODUÇÃO**

A educação no Brasil sempre foi regida por diversas correntes e perspectivas teóricas. A história da educação no país revela que várias correntes teóricas e filosóficas permearam o âmbito educacional, fazendo com que chegássemos ao modelo de educação que dispomos atualmente. Nesse sentido, pensar a respeito dessas perspectivas teóricas e dos autores e filósofos que difundiam esses ideais é fundamental para compreendermos os caminhos que a educação brasileira percorreu e os rumos que ela deve tomar.

A partir desta ótica, o presente trabalho constitui-se como um ensaio teórico breve relacionando algumas correntes teóricas e filosóficas que foram amplamente difundidas no Brasil fazendo uma reflexão acerca do modelo de escola e de educação que dispomos atualmente, voltado para a Educação Infantil. Para além disso, o texto traz algumas nuances históricas que marcaram as lutas e avanços que a educação brasileira percorreu para constituir-se. Sendo assim, partindo-se de uma revisão bibliográfica, o referencial teórico utilizado traz como principal característica autores que discutem essas correntes filosóficas ligadas ao âmbito educacional.

Não se tem a pretensão de traçar uma linha do tempo precisa das ideias pedagógicas. O objetivo aqui é trazer de maneira sucinta algumas ideias que formaram o pensamento pedagógico brasileiro e a organização da educação atual. A partir do levantamento teórico aqui exposto, é possível pensar no desenvolvimento de um estudo científico que explore de maneira mais efetiva as questões levantadas, debruçando-se mais ainda na relação entre as bases teóricas educacionais e filosóficas e os cursos de formação de professores, especificamente aos cursos de pedagogia.

Concebida como primeira etapa da educação básica fundamentada na Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a Educação Infantil da forma como é organizada atualmente foi conquistada através de muitas lutas e reivindicações. Esta etapa que antes carregava um caráter assistencialista, passa a ser oferecida com o intuito de proporcionar as crianças pequenas uma vivência de interação e desenvolvimento, pautado nos princípios educacionais e práticas pedagógicas para os pilares cuidar, educar e brincar (BRASIL, 1998).

Diversos documentos norteadores de caráter mandatório ou não, trabalham as particularidades, finalidades e exigências que delimitam as ações para o trabalho na Educação Infantil. A luta por uma educação que coloque a criança como centro do

processo está longe do fim. Campos (2002) discute que existe um distanciamento entre aquilo que gostamos de colocar no papel e o que de fato fazemos na realidade. Isso remete diretamente ao modelo que temos enquanto arcabouço legal e aquilo que de fato chega até as instituições de Educação Infantil, mas especificamente aquilo que impacta diretamente na educação das crianças.

A trajetória de manutenção das desigualdades sociais que se refletem na escola, faz com que muitas vezes a legislação não seja cumprida em sua totalidade. Abramowicz (2003) quando discute que no Brasil, as pré-escolas designam escolas de crianças pequenas e de uma classe social com mais possibilidades econômicas e as creches são os equipamentos destinados às crianças pobres e às classes populares, deixa evidente que a aplicação da legislação é falha ao promover uma educação igualitária no sentido de destinação de recursos, qualidade de infraestrutura, formação e capacitação de professores.

Atualmente com a formulação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que afeta diretamente o cotidiano do trabalho nas instituições de Educação Infantil, é importante pensar as possibilidades e as consequências que a longo prazo surgirão. Neste cenário, o presente texto busca evidenciar algumas das mudanças significativas que ocorreram durante o percurso histórico da Educação Infantil no Brasil, fazendo uma análise crítica destas mudanças frente a realidade e o modelo educacional que o país dispõe nos últimos tempos. Para além disso, pretende-se compreender e vislumbrar os rumos que a Educação Infantil pode tomar de acordo com a influência e implementação da BNCC.

## **2. CONHECIMENTO É PODER**

Saviani (2007) em seu texto denominado “Epistemologia e teorias da educação no Brasil” discute as raízes e a construção das teorias da educação no Brasil e avança nas discussões a respeito da constituição da pedagogia como sendo uma ciência da educação. Neste texto especificamente, o autor questiona justamente a possibilidade da existência de uma teoria científica da educação, uma vez que a pedagogia conversa com áreas diversas do conhecimento já construídas e consolidadas como a psicologia, filosofia, sociologia e biologia.

A educação, especialmente a educação brasileira sempre buscou apoio nestas outras áreas do conhecimento. Compreender essas vertentes teórico-epistemológicas é fundamental para a constituição do professor e do cientista em educação. Gadotti (1995) discute que o estudo das ideias pedagógicas vai além da construção de um conhecimento teórico, mas sim deve possibilitar uma postura que permeia toda a prática pedagógica induzindo uma atitude de reflexão diante dos problemas educacionais.

O pensamento pedagógico moderno nasce da necessidade do homem em dominar a natureza, desenvolvendo técnicas, artes e estudos. Gadotti (1995) discute que as ciências naturais eram tidas como explicação para todos os fenômenos. “Até a moral e a política deveriam ser modeladas pelas ciências da natureza. A educação não era mais considerada um meio para aperfeiçoar o homem. A educação e a ciência eram consideradas um fim em si mesmo” (GADOTTI, 1995, p. 78).

Teóricos como John Locke, Francis Bacon e João Amos Comênio tratavam do tema educacional de alguma maneira. Especialmente Comênio com a escrita da *Didática Magna* foi considerado um grande educador e pedagogo ao defender ideias que são observadas até hoje no âmbito educacional. Gadotti (1995) traz que Comênio pensava em uma educação que compreenderia vinte e quatro anos do indivíduo. Esse sistema seria dividido entre escola materna, escola elementar ou vernácula, escola latina ou ginásio e a academia ou universidade.

Comênio contribuiu sobremaneira com a educação ao propor o princípio de ensinar tudo a todos. Apesar da democratização do ensino não ser a questão prioritária e a educação ser voltada para as camadas mais favorecidas da sociedade, sua obra *Didática Magna* é estudada nos cursos voltados para a educação até os dias atuais. Apesar de serem escritos antigos, é inegável que muitos princípios por eles são observados na forma com que a educação brasileira está organizada.

Com o advento do pensamento pedagógico iluminista, nomes como Jean-Jacques Rousseau, Frederich Froebel e Johann Heinrich Pestalozzi tiveram destaque ao direcionar seus pensamentos e estudos para o campo educacional. Neste período ainda, de acordo com Gadotti (1995) é pensada pela primeira vez a questão da infância e a importância da educação a ela voltada. “Os grandes teóricos iluministas pregavam uma educação cívica e patriótica inspirada nos princípios da democracia, uma educação laica, gratuitamente oferecida pelo estado para todos (GADOTTI, 1995, p. 88).

Percebe-se então que é a partir dos ideais e dos pensadores iluministas que alguns dos princípios que regem a educação brasileira atual, como o princípio da gratuidade e acesso a educação e o princípio da laicidade começam a ser pensados e difundidos. Apesar da introdução desses conceitos por parte destes teóricos, a educação da época ainda era extremamente elitizada, principalmente se voltamos os olhares para as universidades. Ainda neste período, contudo, a educação da mulher também foi vislumbrada.

Neste período da história, “a burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução, mínima, para a massa trabalhadora. Por isso, a educação se dirigiu para a formação do cidadão disciplinado” (GADOTTI, 1995, p. 90). Esse princípio ainda se mostra presente na educação brasileira, mesmo que de maneira disfarçada. A organização escolar é feita de modo a manter as desigualdades sociais além de impedir uma educação com práticas de liberdade e autonomia do pensamento.

Com o advento do positivismo, a educação começou a ser pensada com base nos ideais das ciências exatas. De acordo com Gadotti (1995) o positivismo nasceu como filosofia, mas logo firmou-se como ideologia. Essa ideologia seria amplamente difundida e nomes como Augusto Comte e Émile Durkheim foram primordiais para essa vertente. O positivismo, como relata Triviños (1987) não aceita outra realidade que não sejam os fatos, fatos estes que precisam ser passíveis de observação.

Observa-se, nesse sentido que as marcas deixadas pelo positivismo são observadas de diversas maneiras na educação atual. Especificamente no Brasil, onde os dizeres da bandeira nacional “ordem e progresso” traz o ideal positivista, a escola é totalmente marcada por essa vertente. Desde a organização curricular, a organização estrutural e a relação entre professor e aluno são marcadas por essas características. Essa visão de educação tradicional é descrita por Saviani (2007) como um conjunto de enunciados filosóficos que tomam por base uma visão essencialista do ser humano, cabendo a educação conformar cada indivíduo à essência ideal e universal que caracteriza o homem.

Em contrapartida ao ideal positivista, surge a corrente marxista tendo como grande precursor Karl Marx. O movimento socialista surge, de acordo com Gadotti (1995) no seio do movimento popular pela democratização do ensino. O Manifesto do Partido Comunista defende uma educação pública e gratuita para todas as crianças, pautadas em princípios como a associação entre educação e produção material, educação politécnica e indissociabilidade entre educação e política, ou seja, na totalidade social.

Apesar da atual demonização dos ideais socialistas, é inegável sua contribuição para o avanço da educação pública no Brasil. Diversos princípios que nortearam o Manifesto do Partido Comunista fazem parte inclusive da Constituição do Brasil no que tange ao acesso à educação gratuita e de qualidade por parte de todos os brasileiros. Ainda que tais ideais não sejam efetivamente alcançados, é nítida a contribuição que os pensadores de vertente socialista trouxeram para pensar a educação no Brasil e no mundo.

Paulo Freire é um exemplo de teórico com vertente marxista que trouxe diversas contribuições para a educação brasileira. “A indignação de Freire contra a opressão e a desigualdade alimentava suas denúncias e determinação em fazer com que sua teorização servisse à liberdade, à justiça e à democracia (GLASS, 2013, p. 833). Freire é conhecido mundialmente por suas obras voltadas a educação para a liberdade. Seus estudos servem de subsídio para pensarmos a educação como prática de liberdade e autonomia. Atualmente, busca-se apagar Paulo Freire da história da educação no Brasil. Contudo, seu legado é relevante e atual para pensarmos no contexto educacional atual.

### **3. CAMINHOS E PILARES DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA A INFÂNCIA**

A história do atendimento à infância no Brasil é bastante conturbada. Desde os tempos da colonização, a infância é deixada de lado quando se pensa na educação da criança. Bujes (2001, p. 13) diz que “por um bom período da história da humanidade, não houve nenhuma instituição responsável por dividir a reponsabilidade pela criança com seus pais e com a comunidade da qual estes faziam parte”. Isto significa que a educação da criança demorou muito tempo para ser pensada, discutida e valorizada.

Analisando alguns pontos relacionados a história do Brasil e, especificamente a história da educação para a infância no país, fica evidente que o seu passado obscuro deixou marcas profundas que podem ser observadas até os dias atuais. Nogueira (2016) discute sobre a evolução das políticas de atendimento à infância no Brasil que uma das maiores dificuldades para a compreensão da infância no país é a falta de relatos sobre a trajetória das crianças, principalmente as pobres e negras. A autora chama atenção ainda para fontes de relatos questionáveis, uma vez que existiam muitas adulterações de documentos.

Os primeiros modelos do que talvez possam ser chamados de educação voltada a infância, foram pautadas nos princípios religiosos. Inicialmente foi encontrado, por parte

da igreja, terreno fértil para “civilizar” os povos indígenas educando as crianças. O grande contingente de crianças órfãs resultado de miscigenação forçada, fez com que casas destinadas ao acolhimento dessas crianças fossem criadas, sendo denominadas “Casas de Muchachos” (COUTO; MELO, 1998 p. 20, 21).

Mais adiante, as Santas Casas de Misericórdia ficaram responsáveis pela tutela dos menores que eram abandonados. Apesar do cunho religioso, essas instituições faziam com que as crianças fossem encaminhadas ao trabalho de maneira precoce, o que acarretava em mortes prematuras. Couto e Melo (1998, p. 25) discutem ainda que mesmo com essa realidade, crianças abandonadas no sistema de roda eram deixadas sob tutela da Santa Casa com aval do estado. A visão que se tinha da criança, especialmente a criança pobre, até então era como sendo um problema digno de caridade.

Mais adiante em nossa história, mais especificamente na transição entre o regime monárquico e o republicano, a infância começou a ser vista com um significado especial. A criança “simbolizava a esperança e deveria ser vista como um valioso patrimônio da nação, um ser em formação, que tanto poderia ser transformado em ‘pessoa de bem’, quanto em uma pessoa degenerada” (NOGUEIRA, 2016, p. 57). Surge então a ideia de que deveria ser feito um investimento na criança a longo prazo.

Avançando nas concepções que nortearam a ideia de infância, tivemos as políticas higienistas e de caráter assistencialista. Ambos deixaram marcas enormes que podem ser vistas atualmente. O mais intrigante é que o impacto maior dessas ideias foi causado nas camadas menos favorecidas da sociedade. Luz (2006) chama atenção para a preocupação do estado com as altas taxas de mortalidade infantil no final da década de 20, o que levou a algumas ações do governo. Ao mesmo tempo, o filantropismo começou a ser ampliado.

A relevância histórica que a Constituição Federal de 1988 carrega é tida como um divisor de águas para a mudança da concepção de infância que o país carregava. Emergida de discussões com diversos segmentos da população brasileira, a Constituição tornou-se um marco na “redefinição doutrinária e no lançamento dos princípios de implementação de novas políticas para a infância de zero a seis anos, afirmando os direitos das crianças, entre eles o direito à educação” (LUZ, 2006, p. 46).

Surgem então documentos essenciais para esta discussão, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/1990), a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/1996) e diversos documentos regulamentadores. Todas essas leis são

pautadas na ideia de criança como um sujeito de direitos. Leite Filho (2001) discute que a legislação atual contribuiu sobremaneira para a construção de um novo olhar com relação a criança, a visão de uma criança como cidadã. Não se pode negar que essa nova concepção balizou a criação de políticas públicas voltadas agora para a Educação Infantil.

#### **4 OS NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Com regulamentações criadas pelo governo e documentos norteadores, a Educação Infantil é pensada como sendo etapa da educação básica. Os ideais assistencialistas são deixados de lado, ao menos nestes documentos. As instituições precisam trabalhar pautadas no princípio de educar e cuidar como preceitos indissociáveis. Apesar de parecer revolucionário, o resultado destas novas políticas trouxe consequências com relação a operacionalização e estrutura das instituições de Educação Infantil no país bem como a formação de profissionais para o trabalho. Isto significa que as ideias e concepções que permeavam a educação da infância no passado, permanecia de diversas formas:

Hoje, pelo ordenamento legal, temos assegurada no Brasil uma concepção de criança cidadã e de educação infantil como direito da criança. Isto não assegura, no entanto, que a realidade das crianças brasileiras tenha mudado, nem mesmo que as creches e pré-escolas tenham modificado suas propostas e seus trabalhos pedagógicos no sentido de, coerentemente com as novas leis e diretrizes, desenvolver um cuidar das/educar as crianças de acordo com uma pedagogia cidadã, que sem dúvida passou a ser demandada na última década do final do século passado (LEITE FILHO, 2001, p. 46).

A formação de professores para o trabalho nas instituições de Educação Infantil ainda era, ou ainda é, um desafio a ser superado. Até hoje permanece a ideia de que a creche é a responsável pelo cuidar e a pré-escola é o início da escolarização da criança. Abramowicz (2003) discute as diferenças entre a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil e o nome atribuído a essas trabalhadoras na mesma função. “Professoras, para as pré-escolas; pajem, crecheiras, monitoras, auxiliares de desenvolvimento infantil, etc, para as creches” (ABRAMOWICZ, 2003, p. 15).

Outro ponto a ser destacado como desafio a ser superado está relacionado ao currículo na Educação Infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é um documento mandatário que discorre acerca do currículo para esta etapa da educação. Ele “orientará as instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de

Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas (LEITE FILHO, 2001, p. 44).

O autor ainda sinaliza que apesar de ser um documento mandatário, ocorreu que os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEI's) se sobrepuseram as diretrizes. Este segundo documento, elaborado sem a consulta e a participação popular é conhecido na maioria das instituições de Educação Infantil, sendo amplamente discutido e implementado, fato este que não ocorreu com as diretrizes. Currículos engessados e que não carregam o aspecto político marcado são comuns, o que serve como elemento mantenedor das desigualdades ao não oferecer uma educação que coloque a criança como centro do processo:

[...] a experiência da educação infantil precisa ser muito mais qualificada. Ela deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade o desafio e a oportunidade para a investigação (BUJES, 2001, p. 21)

Estes ideais defendidos pela autora tornam-se cada vez mais distantes da realidade nas instituições de Educação Infantil. Quando nos remetemos aos contextos das camadas menos favorecidas da sociedade, a conta fica ainda mais ruim. Rosemberg (2015) ressalta que a falta de vagas em creches e a reduzida visibilidade da criança pequena no sistema educacional é fator de manutenção da pobreza.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender e refletir sobre contributos que os pensadores e teóricos teceram ao longo do tempo é fundamental para pensar no papel da escola na atualidade. Saviani (2007) discute que a pedagogia precisa ser aceita como ciência da educação, uma vez que tem como ponto de partida e ponto de chegada a própria educação. Em contrapartida, os cursos de formação de professores precisam fornecer subsídios para uma formação sólida e que o estudante de licenciatura possa conhecer as bases que fundaram a educação brasileira.

O professor precisa ter claro que a forma com que a escola está organizada atualmente é fruto de dados históricos, concepções que foram difundidas e que deixaram

consequências tanto boas, quanto ruins. “Cabe então ao educador aprofundar seu objeto de conhecimento, o ensino e a aprendizagem para melhor chegar ao seu objetivo” (WERNECK, 2006, p. 188). Isso significa que o professor precisa ter muito bem ancorado em sua formação os princípios básicos que a regem. Sem esses conhecimentos e suas bases, a escola continuará a ser um elemento mantenedor das desigualdades sociais.

Pensar nos caminhos teórico-metodológicos que a educação perpassou, fica nítido que muitas ideias ultrapassadas e arcaicas ainda permeiam o âmbito escolar. Werneck (2006) discute ainda que o aprendizado exige o conhecimento da metodologia científica e também do processo histórico que a justifica. As instituições de ensino, nesse sentido, devem oferecer conhecimento científico aos estudantes. Essa tarefa perpassa todos os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem que permeia o âmbito escolar.

A escola da maneira como está organizada é fruto de uma sociedade que não conseguiu superar os ideais positivistas. Quando pensamos em educação, tubos de ensaio e laboratórios não são considerados. A educação se dá na interação entre indivíduos e conhecimentos diversos. Esses conhecimentos precisam ser levados em consideração no processo. Pensar em currículos fechados, carteiras em fileiras e no professor como transmissor de conhecimento é arcaico e obsoleto. A escola precisa oferecer e construir com os alunos diversos tipos de conhecimentos.

Oferecer esses conhecimentos é fazer com que os estudantes possam ter acesso aos mais diversos tipos de leitura e, para além disso, que essa leitura ocorra de maneira crítica, buscando levantar pontos positivos e negativos. O professor precisa ainda estar atento ao tipo de metodologia utilizada em suas aulas bem como a coerência epistemológica para com a vertente que adota. Conhecer tais fundamentos é de suma importância para que a escola possa de fato ser um ambiente que promova práticas de liberdade e autonomia.

Através do breve percurso histórico traçado e das discussões elencadas, é possível ter um panorama do que a Educação Infantil passou para constituir-se como etapa da educação básica. O objetivo do texto não foi traçar uma linha do tempo da história da Educação Infantil no Brasil, mas sim trazer elementos que serviram como fundamento para o modelo educacional que temos no país atualmente. Rosemberg (2015) ressalta que o Brasil possui documentos de referência mundial relacionadas a Educação Infantil. O que falta é a operacionalização destes documentos no cotidiano.

Incluir crianças em instituições de Educação Infantil que não reúnem condições básicas de infraestrutura, professores com formação sólida e currículo coerente pode ser como “um abraço de urso, aparentemente acolhedor e, ao mesmo tempo mortífero” (ABRAZMOWICZ, 2003, p. 18). É necessário repensar as políticas no sentido de torná-las efetivamente exequíveis para que as crianças disponham de espaços dignos de aprendizado para tentar amenizar, minimamente, as consequências de uma sociedade que sempre deixou a criança em segundo plano.

Outro ponto que precisa ser trabalhado é a diferença que se instituiu com relação a creche e pré-escola. É necessário superar a ideia de que a creche é lugar de cuidado e pré-escola é lugar de educação. Os princípios indissociáveis cuidar e educar devem estar presentes durante toda a etapa compreendendo tanto a creche quanto a pré-escola. “Se não tentarmos diminuir o abismo entre as ideias e os lugares ou realidades, não conseguiremos avançar em direção a uma educação infantil mais democrática e humana” (CAMPOS, 2011, p. 33).

Em contrapartida, pensar na efetivação de políticas como a BNCC que carrega “uma visão instrumental, que serve para organizar não só o que a criança deverá aprender como também controlar o trabalho docente” (BARBOSA; SILVEIRA; SOARES, 2019, p. 84), trará prejuízos sérios e catastróficos para as crianças, especialmente aquelas vulneráveis socioeconomicamente. A manutenção de um currículo frágil e que não cumpra seu papel político servirá como elemento mantenedor das desigualdades sociais.

Não se pode perder de vista que a Educação Infantil é uma das etapas mais importantes do processo de escolarização das crianças. É de suma importância que a educação oferecida nas instituições que recebem essas crianças seja de qualidade. Também é necessário pensar na importância do professor nesse processo, que precisa ser valorizado, receber formação de qualidade e sólida bem como contribuir para que as crianças sejam inseridas em um ambiente rico e potencializador de sua aprendizagem.

A escolarização é uma das etapas mais importantes do processo de desenvolvimento dos pequenos. É de suma importância que a educação oferecida nas instituições que recebem esses alunos seja de qualidade. Também é necessário pensar na importância do professor nesse processo, que precisa ser valorizado, receber formação de qualidade e sólida bem como contribuir para que as crianças sejam inseridas em um ambiente rico e potencializador de sua aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, A. O direito das crianças à educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 13–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643858>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BARBOSA, I. G.; SILVEIRA, T. A. T. M.; SOARES, M. A. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./maio 2019. Disponível em: < <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRASIL, M. E. C. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, v. 1, 2, 3, 1998.
- BUJES, M. I. E. Escola infantil pra que te quero? In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil: pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 13-22.
- CAMPOS, M. M. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, M. L. de A. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 27-33.
- COUTO, I. A. P.; MELO, V. G. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. L. S.; NORONHA, P. A. (org.). **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.
- GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.
- GLASS, Ronald David. Revisitando os fundamentos da educação para a libertação: o legado de Paulo Freire. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 831-851, 2013. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/41834>>. Acesso em 15 jul. 2021
- LEITE FILHO, A. proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, R. L.; FILHO, A. L. (org.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 29-46.
- LUZ, I. R. da. Educação infantil: direito reconhecido ou esquecido? **Linhas Críticas**. Brasília, v. 12, n. 22, p. 23-30, jan./jun. 2006. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3279/2964>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- NOGUEIRA, I. S. C. A evolução das políticas de Atendimento à infância no Brasil: entre concessões e o reconhecimento de direitos. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 1, n. 2, ago./dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4323-13602-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

OLIVEIRA, S. M. L. A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, M. L. de A. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 35-42.

ROSEMBERG, F. Políticas públicas e qualidade da Educação Infantil. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 216-234.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologia e teorias da educação no Brasil. **Pro-posições**, v. 18, n. 1, p. 15-27, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643570>>. Acesso em 10 jul. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas: São Paulo, 1987

WERNECK, Vera Rudge. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 51, p. 173-196, 2006. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/693>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

---

### **Credenciais do autor**

*BARBOSA, Renan Gonçalves*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Três Lagoas, MS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0279-5068>. E-mail: [renangoncalvesjb@gmail.com](mailto:renangoncalvesjb@gmail.com)

**Endereço para correspondência:** E-mail: [renangoncalvesjb@gmail.com](mailto:renangoncalvesjb@gmail.com)

**Como citar este artigo (Formato ABNT):** BARBOSA, Renan Gonçalves. ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS? REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 5, n.1, v5i1.488, 2023.

**Recebido:** 07/10/2022.

**Aceito:** 06/01/2023.

**Publicado:** 12-01-2023.